

Educação como ferramenta de prevenção: a formação de professores no combate à violência infantojuvenil

Education as a prevention tool: teacher training in combating child and adolescent violence

Gracielle Almeida de Aguiar¹, Franciele Del Vecchio dos Santos², Naura Letícia Nascimento Coelho¹, Carlos Henrique Miranda Jorge³, Elivaldo Serrão Custódio⁴, Livia Barbosa Pacheco Souza⁵

Como citar esse artigo. AGUIAR, G. A. SANTOS, F. D. V. COELHO, N. L. N. JORGE, C. H. M. CUSTÓDIO, E. S. SOUZA, L. B. P. Educação como ferramenta de prevenção: a formação de professores no combate à violência infantojuvenil. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 16, n. 2, p. 59-67, jun./ago. 2025.



Resumo

Este estudo delimita a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, considerando as definições do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Ministério da Saúde, e justifica-se pela gravidade e subnotificação de milhões de casos, agravados pela pandemia de Covid-19 com o fechamento das escolas. O objetivo geral é avaliar o papel da educação na prevenção desse tipo de violência. Para tanto, adotou-se metodologia de revisão bibliográfica e documental sobre legislação, dados epidemiológicos e programas escolares. A discussão evidencia que o isolamento escolar intensificou os abusos e que a formação continuada de educadores e a implementação de programas de conscientização e educação socioemocional produzem resultados promissores na identificação precoce. Conclui-se que a colaboração entre escolas, famílias e comunidades é indispensável para criar ambientes seguros em que crianças possam relatar experiências e fortalecer a rede de proteção.

Palavras-chave: Violência infantojuvenil; Formação docente; Proteção.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

This study addresses sexual violence against children and adolescents in Brazil, considering definitions from the Statute of the Child and Adolescent and the Ministry of Health. The issue is justified by the severity and underreporting of millions of cases, exacerbated by the COVID-19 pandemic and school closures. The general objective is to assess the role of education in preventing such violence. A bibliographic and documentary review was conducted, focusing on legislation, epidemiological data, and school programs. The discussion highlights that school isolation intensified abuse and that continuous educator training, along with the implementation of awareness and socio-emotional education programs, yields promising results in early identification. It concludes that collaboration among schools, families, and communities is essential to create safe environments where children can report experiences and strengthen the protection network.

Keywords: Child and adolescent violence; Teacher training; Protection.

Afiliação dos autores:

¹Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

²Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

³Fundação Educacional de Fernandópolis, Fernandópolis, SP, Brasil.

⁴Universidade do Estado do Amapá, Macapá, AP, Brasil.

⁵Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

E-mail de correspondência: gracielleaguiar5@gmail.com

Recebido em: 21/11/2024. Aceito em: 09/05/2025.

Introdução

Conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 5º, nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo perante a lei qualquer atentado, por ação ou omissão, que interfira em seus direitos fundamentais (Brasil, 1990). Consoante, o Ministério da Saúde define violência sexual contra crianças e adolescentes como sendo qualquer tipo de estímulo sexual da criança ou adolescente, cujo agressor(a) tenha idade ou desenvolvimento psicosssexual superior ao da vítima. Ainda de acordo com o órgão supracitado, a violência sexual infantil poderá envolver relações homo ou heterossexuais e ocorrer através de situações como estupro, incesto, assédio e exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mama ou ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais, práticas eróticas não consentidas e impostas, além de “voyeurismo” (Brasil, 2016).

A violência sexual infantil é considerada como um problema grave de saúde pública, face as consequências ao longo do ciclo vital (Platt *et al*, 2018; Reis; Parra, 2018). Em âmbito global, estima-se que, anualmente, cerca de 40 milhões de crianças e adolescentes sofram abuso sexual (Santos, 2018). No entanto, esse dado pode estar subnotificado devido às circunstâncias em que esses eventos ocorrem, à frequente dependência das vítimas em relação a seu agressor, além do medo e do constrangimento relacionados a dificuldades para denunciar esse tipo de violência (Martins; Jorge, 2011).

No Brasil, dados do Disque 100 mostraram que a violência sexual contra crianças e adolescentes foi o quarto tipo de violência mais recorrente no país em 2017 e em 2021 a plataforma registrou mais de 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes (Silva *et al.*, 2021). Ainda segundo Silva *et al.* (2021), em pesquisa realizada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), a violência sexual ocupa a segunda posição entre as agressões contra adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos, com 23,9% das notificações, sendo ultrapassada apenas pela violência física, com 63,3%. Além disso, conforme relatório publicado em 2021 pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) nos anos de 2018 a 2021, 180 mil meninas e meninos sofreram violência sexual no País (UNICEF, 2021).

Em consonância, o Atlas da Violência do ano de 2023 apontou que recorrentemente o(a) abusador(a) é alguém próximo da criança — amigos ou conhecidos da família (30,13%), padrastos e madrastas (12,09%) e os próprios pais e mães (12,03%). Outro dado importante que o referido documento trouxe foi que quando a vítima e autor se conhecem, 78,6% dos casos de violência sexual acontecem dentro da residência da própria vítima (Brasil, 2023). Sendo assim, determinar que a sexualidade seja um assunto exclusivo da esfera familiar é fechar os olhos para essa realidade que se camufla na visão romantizada da infância e na idealização da família que protege.

Ressalta-se que o cenário da pandemia de Covid-19 agravou ainda mais essa situação, com o fechamento de instituições de ensino e o distanciamento social, resultando em um aumento de 45% nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes no primeiro mês da pandemia em 2020 no Brasil. Apesar disso, as denúncias subsequentes caíram, evidenciando uma preocupante subnotificação. Nesse contexto alarmante, a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes é considerada essencial. Estudos mostram que a criação de ambientes comunitários seguros e o papel crucial da escola na promoção de prevenção e informação sobre abuso são estratégias eficazes para combater esse sério problema (OMS, 2014a; Roca *et al.*, 2020). Programas internacionais nas últimas três décadas têm contribuído para o desenvolvimento da autoproteção e conscientização das crianças sobre a violência sexual, especialmente nas escolas, desde a primeira infância até o ensino médio (Roca *et al.*, 2020).

Desse modo, em muitas situações a criança encontra na escola um espaço seguro para revelar que está sendo vítima de algum tipo de violência uma vez que podem não encontrar um adulto de confiança em seu ambiente familiar visto que é lá que o abusador se encontra. Há também questões referentes à falta de credibilidade que a vítima encontra ao tentar revelar no ambiente familiar o que está vivendo.

Portanto faz-se imprescindível que professores e demais profissionais do espaço escolar estejam atentos e preparados para acolherem a criança ou o adolescente vítima e tomarem as medidas legais cabíveis. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a importância que a formação docente adequada pode ter, transformando o ambiente escolar em um local de prevenção e combate à violência infantojuvenil.

Metodologia

O presente artigo foi desenvolvido utilizando o método de pesquisa bibliográfica, que se mostrou essencial para a construção de uma base teórica sólida sobre o tema abordado. Para essa finalidade, foram realizadas consultas em duas das mais renomadas bases de dados acadêmicas: SciELO e Google Acadêmico.

A metodologia bibliográfica foi estruturada para garantir reprodutibilidade: em outubro de 2024, realizamos buscas nas bases SciELO e Google Acadêmico usando os descritores “violência sexual”, “crianças”, “adolescentes”, “Covid-19” e “prevenção escolar” combinados via operadores booleanos. A busca inicial retornou 1.024 registros (234 no SciELO e 790 no Google Acadêmico). Após remover 54 duplicatas, 970 títulos e resumos foram triados. Aplicando critérios de inclusão – publicações de 2014 a 2024, texto completo disponível, idioma português ou inglês e foco em prevenção escolar da violência sexual – 42 artigos foram selecionados para leitura integral. Desses, 10 atenderam plenamente aos critérios; 32 foram descartados por abordagem temática divergente (n=20), ausência de dados empíricos (n=7), texto inacessível (n=3) ou idioma fora do escopo (n=2).

A escolha dessas plataformas deve-se à sua ampla disponibilidade de artigos revisados por pares e materiais acadêmicos, que proporcionam um respaldo confiável e atualizado sobre diversos assuntos. Através da utilização de palavras-chave relacionadas ao tema em estudo, foi possível identificar e analisar uma variedade de publicações relevantes, que contribuíram para uma compreensão aprofundada do fenômeno em questão.

A pesquisa bibliográfica permitiu não apenas a coleta de dados e informações, mas também a identificação de lacunas na literatura existente, o que enriqueceu a discussão proposta no artigo. Assim, esta abordagem metodológica se mostrou eficaz para fundamentar as argumentações e conclusões apresentadas, reforçando a importância da pesquisa acadêmica baseada em evidências na produção de conhecimento (Gil, 2024).

Fortalecendo laços: a educação no combate à violência infantojuvenil

Segundo Saffioti e Almeida (1995), o abuso sexual constitui uma forma de violência na qual o autor do abuso propõe à vítima atividades de natureza sexual, mediante uma conduta coercitiva e sedutora, que denuncia a relação de poder entre agressor e vítima. Portanto, no abuso sexual, há um processo de dominação psicológica e física, cujo poder do autor do abuso é de natureza violenta e autoritária (Faleiros; Campos, 2000).

Macedo (2018) aponta um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os quais indicam que cerca de 50,9% dos casos foram contra crianças menores de 13 anos de idade e que 30% dos crimes foram cometidos por pessoas próximas, como conhecidos e amigos da família. Os números expressam uma lacuna na proteção com as crianças e adolescentes e para tanto, faz-se necessário ações de educação que incentivem a prevenção, a percepção e a agilidade da denúncia. Consoante, estudos desenvolvidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que, quanto menos informação sobre educação sexual a criança ou adolescente tiver acesso, mais precocemente iniciará a vida sexual, sendo não raras vezes marcadas por situações de violências e abusos sexuais (Brasil, 2023).

Conforme Hohendorff, Habigzang e Koller (2013) os abusadores infantis normalmente exercem uma

relação de poder sobre os jovens e as crianças. Então, se desde pequenas as crianças fossem instruídas a conhecer o próprio corpo, elas saberiam reagir ou pelo menos poderiam verbalizar sobre o que houve de errado. Uma vez que se a criança não tiver esse tipo de conhecimento, ela pode nem entender o que está acontecendo e não conseguirá pedir ajuda.

Em conformidade, Souza (2020) afirma que a educação sexual é importante para que os alunos e alunas reconheçam e saibam como se proteger de situações de abuso e assédio, conheçam seus direitos e entendam que são donos de seus corpos. A autora defende que a escola é um espaço em que qualquer tema deve ser discutido amplamente, de acordo com a faixa etária, e não apenas a partir da opinião do professor, mas dentro de um rigor científico. Dessa forma, abordar o tema da educação sexual dentro da escola faz com que a instituição cumpra sua função de proteção das crianças e adolescentes (Souza, 2020).

Em consonância, Machini, Jacinto e Desidério (2020) afirmam que a escola seria o ambiente adequado para a Educação Sexual porque é nela que surgem as primeiras interações sociais uma vez que é um ambiente formado por diferentes sujeitos que podem expressar suas ideias em debates, orientados por profissionais capacitados proporcionando assim, o aprendizado adequado longe dos tabus e reducionismos.

Contudo, há dificuldades em falar sobre educação sexual no ambiente escolar que vão desde barreiras morais, religiosas e ideológicas dos professores e familiares dos alunos, perpassando pelo enfraquecimento de políticas públicas em educação (Furnaletto, 2019). Atualizações nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que determina o conjunto de aprendizagens fundamentais da educação básica, retiraram no ano de 2017 a menção a gênero e sexualidade e sem isso, as escolas não se sentem obrigadas a abordá-las (Ribeiro; Monteiro, 2018). Nesse contexto, em 2015, as questões de gênero e sexualidade foram retiradas do Plano Nacional de Educação – lei brasileira que estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento em educação (Reis; Eggert, 2017). E para além das dificuldades supracitadas ainda se percebe a falta nos profissionais pesquisadores e educadores de uma “visão de que a Educação Sexual formal deve ser um trabalho a longo prazo, que precisa ser sistematizado e ter sua continuidade assegurada, preferencialmente indo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio” (Figueiró, 2010, p. 198).

Práticas educacionais como forma de prevenção às violências contra crianças e adolescentes

A violência contra crianças e adolescentes é um problema sério que exige diversas abordagens para sua prevenção e tratamento. As escolas, como instituições essenciais para a formação de cidadãos, desempenham um papel vital nessa questão. Várias iniciativas educacionais têm sido adotadas em instituições brasileiras e internacionais com o intuito de prevenir a violência.

Uma prática importante é a implementação de programas de conscientização sobre o tema. Esses programas visam educar alunos, professores e pais sobre as diferentes formas de violência, como reconhecê-las e como agir de maneira eficaz diante delas. Segundo Olweus (1993), um dos pioneiros nos estudos sobre bullying, esses programas são fundamentais para criar uma cultura escolar que rejeita a violência.

A educação socioemocional também é uma prática significativa que busca prevenir a violência contra crianças e adolescentes. O desenvolvimento de habilidades como empatia, resolução de conflitos e resiliência pode ajudar os alunos a estabelecerem relações saudáveis e resolver problemas pacificamente (Casel, 2017).

Além disso, as políticas escolares anti-bullying são essenciais para combater a violência. Geralmente, essas políticas incluem um código de conduta para os alunos, treinamentos para os educadores e mecanismos de responsabilização para os agressores. Smith *et al.* (2008) afirmam que políticas escolares eficazes contra o bullying podem reduzir significativamente a ocorrência de comportamentos violentos

entre os estudantes.

Em resumo, essas práticas educacionais constituem uma abordagem integrada para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Contudo, conforme destacado por Ttofi e Farrington (2011), a eficácia dessas estratégias depende de sua implementação adequada e do comprometimento de toda a comunidade escolar.

Os educadores têm um papel crucial na prevenção da violência contra crianças e adolescentes, seja em contextos de violência doméstica ou bullying escolar. De acordo com Bronfenbrenner (1979), a escola é parte do microsistema da criança, que abrange os contextos mais próximos a ela. Assim, os educadores estão em uma posição privilegiada para observar e identificar possíveis sinais de abuso ou violência.

Kaplan e Sadock (2007) afirmam que os sinais de abuso podem variar, mas frequentemente incluem alterações no comportamento da criança, queda no rendimento escolar, isolamento social, entre outros. Ao identificar esses sinais, é fundamental que os educadores saibam como proceder, de acordo com as diretrizes da escola e a legislação pertinente.

No âmbito jurídico, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 13, determina que “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente deverão ser comunicados ao Conselho Tutelar da localidade” (Brasil, 1990).

Na perspectiva da filosofia educacional, Freire (1996) enfatiza a importância de uma educação que promova a reflexão e a conscientização, capaz de fomentar uma cultura de respeito e paz nas escolas. Além disso, Noddings (1984) propõe uma abordagem ética do cuidado na educação, que se baseia no reconhecimento e na resposta às necessidades dos outros.

Portanto, o papel dos educadores na prevenção da violência contra crianças e adolescentes é complexo e requer habilidades e conhecimentos em diversas áreas, como educação, direito e psicologia.

Educação e proteção: medidas para combater a violência infantojuvenil

A seguir, apresentamos as principais recomendações derivadas das descobertas do estudo, voltadas para o fortalecimento do papel da educação na prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Essas ações visam estruturar um ambiente escolar e comunitário mais seguro e acolhedor, no qual estratégias de formação continuada, políticas de proteção, envolvimento familiar e uso de tecnologias educacionais atuem de forma integrada para promover respeito, empatia e a construção de redes de apoio eficazes.

Tabela 1. Recomendações para fortalecer o papel da educação na prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

RECOMENDAÇÃO	DESCRIÇÃO
Ampliação dos Programas de Educação Parental	Promover e ampliar programas de educação parental em escolas e comunidades, oferecendo suporte a pais e responsáveis para desenvolver habilidades de comunicação e disciplina positiva, reduzindo comportamentos disruptivos e probabilidade de envolvimento com a justiça criminal (Fergusson; Boden; Horwood, 2008).
Fortalecimento de Políticas Anti-Bullying e Conscientização	Implementar e revisar regularmente políticas escolares anti-bullying, com programas que reduzam a incidência de bullying em até 20-23%, além de campanhas de conscientização para promover empatia e respeito entre os alunos (Ttofi; Farrington, 2011).
Promoção da Educação Socioemocional	Priorizar a implementação de programas de educação socioemocional que melhorem habilidades sociais e emocionais, reduzindo comportamentos problemáticos, inclusive violência, e formando indivíduos resilientes e empáticos (Durlak; Weissberg; Dymnicki, 2011).
Formação Contínua de Educadores	Oferecer capacitação contínua para educadores em técnicas de reconhecimento de comportamentos de risco, intervenção adequada e criação de ambiente escolar seguro (Mallmann et al., 2015).
Inclusão da Comunidade e das Famílias	Estabelecer colaboração entre escolas, famílias e serviços comunitários, por meio de programas de educação parental e atividades locais, fortalecendo redes de apoio e aumentando conscientização sobre prevenção da violência (Leventhal, 2001).
Integração de Tecnologias Educacionais	Incorporar ferramentas digitais e plataformas interativas — como jogos educativos sobre empatia e resolução de conflitos — para ampliar o alcance e engajamento de alunos e pais nas iniciativas de conscientização.
Promoção de Espaços de Escuta e Apoio	Criar grupos de apoio e práticas de escuta ativa nas escolas, oferecendo ambiente seguro para que crianças e adolescentes compartilhem experiências e recebam orientação profissional.

Fonte. Elaboração própria.

Considerações finais

A análise dos dados apresentados revela um quadro alarmante em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, evidenciando a necessidade urgente de uma ação coordenada e eficaz para enfrentar esse grave problema social. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece princípios fundamentais que devem ser respeitados, como o direito à proteção e à dignidade, mas a realidade mostra que muitos desses direitos ainda são desrespeitados em diversas esferas da sociedade.

A prevalência do abuso, a proximidade dos agressores — que muitas vezes são pessoas conhecidas

ou da própria família — e as dificuldades enfrentadas pelas vítimas para denunciar tornam essa questão ainda mais complexa e delicada. O medo de represálias, a falta de apoio e a vergonha são barreiras que muitas crianças e adolescentes enfrentam ao tentarem buscar ajuda. Esses fatores, aliados à subnotificação de casos, ressaltam a necessidade de intervenções que promovam a visibilidade e o reconhecimento desse problema.

Nesse contexto, a escola emerge como um ambiente crucial para a prevenção e o enfrentamento da violência infantojuvenil. Ela serve não apenas como um espaço de aprendizado acadêmico, mas também como um local seguro onde crianças e adolescentes podem expressar suas experiências, explorar suas emoções e buscar apoio. Para que a escola cumpra efetivamente esse papel, é fundamental que haja uma mudança de paradigma na forma como se aborda a educação e a proteção dos direitos dos alunos.

A formação adequada de educadores é um elemento central nesse processo, pois esses profissionais desempenham um papel vital na identificação de sinais de abuso e na promoção de uma cultura de respeito e proteção dentro das instituições de ensino. É essencial que os professores e demais funcionários sejam capacitados para reconhecer comportamentos de risco, criar um ambiente de acolhimento e garantir que os alunos se sintam seguros para falar sobre suas experiências.

As recomendações apresentadas neste estudo, que vão desde a ampliação de programas de educação parental até a inclusão da comunidade, enfatizam a importância de uma abordagem integrada e multidisciplinar. A formação contínua dos educadores deve ser priorizada, assim como a promoção da educação socioemocional, que contribui para o desenvolvimento de habilidades como empatia, resiliência e gestão de conflitos. Tais habilidades são fundamentais para que as crianças e adolescentes se tornem não apenas protegidos, mas também agentes de mudança em suas comunidades.

Além disso, a implementação de políticas escolares anti-bullying é imprescindível para criar um ambiente seguro. Essas políticas devem ser claras e rigorosamente aplicadas, com mecanismos de responsabilização para aqueles que cometem atos de violência. A promoção de campanhas de conscientização dentro e fora da escola também é uma estratégia eficaz, ajudando a desmistificar conversar sobre sexualidade e promovendo uma cultura de respeito e conhecimento.

A inclusão da comunidade é outra dimensão fundamental. Estratégias de prevenção da violência precisam envolver não apenas as instituições escolares, mas também as famílias e a comunidade como um todo. A colaboração entre escolas, serviços comunitários e iniciativas de conscientização nas comunidades é vital para a criação de uma rede de apoio e proteção. Programas que promovam a educação parental e atividades comunitárias podem fortalecer essas redes, aumentando a conscientização sobre a importância da prevenção da violência.

Por fim, é imperativo que a sociedade como um todo se mobilize para erradicar a violência sexual contra crianças e adolescentes. Isso envolve promover não apenas a conscientização, mas também ações práticas que garantam a proteção dos direitos fundamentais de todos os jovens. Campanhas de sensibilização, apoio às vítimas e a implementação de serviços de denúncia acessíveis são passos essenciais nesse processo.

Dessa forma, o compromisso coletivo — que inclui governos, educadores, famílias e a sociedade civil — é essencial para transformar a realidade atual e proporcionar um futuro mais seguro e digno para as próximas gerações. Somente por meio de um esforço conjunto será possível criar um ambiente em que crianças e adolescentes possam crescer e se desenvolver plenamente, livres de violência e opressão. A educação, portanto, deve ser vista como uma ferramenta poderosa não apenas para a formação de cidadãos conscientes, mas também como um pilar fundamental na luta contra a violência infantojuvenil.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

- BRASIL. **Atlas da violência 2023**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/atlas-da-violencia-2023.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção da violência sexual e promoção da saúde**: caderno de atenção às crianças e adolescentes em situação de violência. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_mulheres_adolescentes_matriz_pedagogica.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.
- BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development: Experiments by nature and design**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979. Disponível em: [Scirp+4Scirp+4cultureandvalues.org+4](https://scirp.org/journal/scirp.cultureandvalues.org). Acesso em 30 abr. 2025.
- CASEL. **The impact of social and emotional learning (SEL)**. Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning, 2017. Disponível em: <https://casel.org/impact/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- DURLAK, J. A.; WEISSBERG, R. P.; DYMNICKI, A. B.; TAYLOR, R. D.; SCHELLINGER, K. B. The impact of enhancing students' social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions. **Child Development**, v. 82, n. 1, p. 405–432, 2011. Disponível em: [ScienceDaily+2PubMed+2ResearchGate+2](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21471811/). Acesso em 30 abr. 2025.
- FALEIROS, E. T. S. Aspectos relevantes na definição de abuso sexual. In: Oliveira, A.C. (Org.) **Abuso sexual de crianças e adolescentes**: desafios na qualificação profissional (pp. 55-70). Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2003.
- FERGUSON, D. M.; BODEN, J. M.; HORWOOD, L. J. Exposure to childhood sexual and physical abuse and adjustment in early adulthood. **Child Abuse & Neglect**, v. 32, p. 607–619, 2008. [clerkship.lwwhealthlibrary.com+5Scirp+5Scirp+5](https://www.lwwhealthlibrary.com/5Scirp+5Scirp+5). Acesso em 30 abr. 2025.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.
- FURNALETTO, M. F. **Educação sexual em escolas brasileiras**: revisão sistemática da literatura. Revista Cad. Pesqui., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145084>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2024.
- HOHENDORFF, J. V.; HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. Sexual violence against boys: epidemiological data, characteristics, and consequences. **Psicologia – USP**, v. 23, n. 2, p. 395-415, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n2/en_aop0712.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.
- KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. **Kaplan & Sadock's Synopsis of Psychiatry**: Behavioral Sciences/Clinical Psychiatry. 10. ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2007. Disponível em: [clerkship.lwwhealthlibrary.com+3Scirp+3Amazon+3](https://www.lwwhealthlibrary.com/3Scirp+3Amazon+3). Acesso em 30 abr. 2025.
- MACEDO, D. M. et al. Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 487-494, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34132016>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MARTINS, C. M. G.; JORGE, M. H. P. M. Child abuse: a review of the history and protection policies. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 23, n. 3, p. 423-428, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002010000300018>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- NODDINGS, N. **Caring**: A feminine approach to ethics and moral education. Berkeley: University of California Press, 1984. Disponível em: [PhilPapers+3PhilPapers+3infed.org+3](https://philpapers.org/archive/NOD3.pdf). Acesso em 30 abr. 2025.
- OLWEUS, D. **Bullying at School**: What We Know and What We Can Do. Oxford: Blackwell Publishing, 1993.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Relatório de status global sobre prevenção da violência 2014**. São Paulo: Núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo; 2014b. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/145086>. Acesso em: 28 out. 2024.

PLATT, V. B. *et al.* Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, p. 1019-1031, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>. Acesso em: 20 nov. 2024.

REIS, D. M. *et al.* O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia.pt**, 2018, p. 1-20. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87350459002>. Acesso em: 20 nov. 2024.

RIBEIRO, P. R. M.; MONTEIRO, S. A. S. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, p. 1254-1264, jun., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12701>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ROCA, E.; et al. Schools that 'open doors' to prevent child abuse in confinement by COVID-19. **Sustainability**, v. 12, n. 11, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12114685>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, M. J. *et al.* Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola – Brasil, 2010-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 27, n. 2, e2017059, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000200010>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVA, L. M. P. *et al.* Análise da completude das notificações de violência perpetradas contra crianças. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, v. 12, n. 1, p. 91-100, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23306>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SMITH, J. A.; OSBORN, M. Interpretative phenomenological analysis. In: SMITH, J. A. (Ed.). **Qualitative psychology: A practical guide to research methods**. London: Sage, 2008. p. 51–80. Disponível em: Sciepub+1Simply Psychology+1. Acesso em 30 abr. 2025.

SOUZA, C. S. et al. Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA e a notificação da violência infanto-juvenil no Sistema Único de Saúde/SUS de Feira de Santana-Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 773-784, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/i/2014.v19n3/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

TTOFI, M. M.; FARRINGTON, D. P. Effectiveness of school-based programs to reduce bullying: A systematic and meta-analytic review. **Journal of Experimental Criminology**, v. 7, p. 27–56, 2011. Disponível: Scirp+1ResearchGate+1. Acesso em 30 abr. 2025.

UNICEF. **A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents**. New York: UNICEF, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/media/48671/file/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf. Acesso em: 15 nov.